

# TERRITÓRIOS PARADIGMÁTICOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO AGRÁRIO BRASILEIRO

*PARADIGMATIC TERRITORIES IN THE  
CONSTRUCTION OF BRAZILIAN  
AGRARIAN GEOGRAPHICAL THOUGHT*

*TERRITORIOS PARADIGMÁTICOS EN LA  
CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO  
GEOGRÁFICO AGRARIO BRASILEÑO*

**JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS  
VINHA**

Departamento de Geografia – Universidade  
Federal do Triângulo Mineiro (UFTM),  
Uberaba/MG.

E-mail: janadageo.unesp@yahoo.com.br

**BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

Departamento de Geografia – Universidade  
Estadual Paulista (UNESP), Presidente  
Prudente/SP.

E-mail: mancano.fernandes@unesp.br

**Resumo:** Neste trabalho apresentamos análises de alguns resultados de pesquisas realizadas nos últimos quatro anos sobre os territórios paradigmáticos nos estudos do pensamento geográfico agrário brasileiro. Esta é uma contribuição para pensar a atualidade deste pensamento no contexto das transformações do agrário mundial. Os eventos científicos e os debates possibilitam compreender a diversidade e a diferencialidade dos territórios paradigmáticos. Analisamos os trabalhos em Geografia Agrária dos principais eventos da geografia brasileira. Os resultados revelam mudanças temáticas permanentes e os movimentos das influências de diversas áreas do conhecimento na Geografia Agrária. Em certa medida esta contribuição é um mapa atualizado do processo contínuo de construção do pensamento na Geografia Agrária.

**Palavras-chave:** pensamento geográfico agrário brasileiro, territórios paradigmáticos, geografia agrária.

**Abstract:** In this work we present analyzes of some results of researches done in the last four years on the paradigmatic territories in the studies of Brazilian agrarian geographic thought. This is a contribution to think the actuality of this thought in the context of the transformations of the world agrarian. The scientific events and debates make it possible to understand the diversity and the differentiability of the paradigmatic territories. We analyze the work in agrarian geography of the main events of Brazilian geography. The results reveal permanent thematic changes and the movements of the influences of several areas of knowledge in agrarian geography. To some extent this contribution is an updated map of the ongoing process of thinking construction in agrarian geography.

**Keywords:** brazilian agrarian geographic thought, paradigmatic territories, agrarian geography.

**Resumen:** En este trabajo presentamos análisis de algunos resultados de investigaciones realizadas en los últimos cuatro años sobre los territorios paradigmáticos en los estudios del pensamiento geográfico agrario brasileño. Esta es una contribución para pensar la actualidad de este pensamiento en el contexto de las transformaciones del agrario mundial. Los eventos científicos y los debates posibilitan comprender la diversidad y la diferenciación de los territorios paradigmáticos. Analizamos los trabajos en geografía agraria de los principales eventos de la geografía brasileña. Los resultados revelan cambios temáticos permanentes y los movimientos de las influencias de diversas áreas del conocimiento en la geografía agraria. En cierta medida esta contribución es un mapa actualizado del proceso continuo de construcción del pensamiento en la geografía agraria.

**Palabras clave:** pensamiento geográfico agrario brasileño, territorios paradigmáticos, geografía agraria.

## **Introdução**

No Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) iniciamos em 2014 os projetos sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira. Esta iniciativa nasceu das pesquisas sobre o processo de construção do pensamento na Geografia Agrária que começou em 1998 e resultou na primeira tese

de doutorado sobre o tema em 2011 e outra em 2012. Estas pesquisas motivaram a criação de projetos, que com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), propiciaram a formação de um coletivo de pensamento que tem trabalhado nesta pesquisa contínua, pela natureza de sua metodologia. Elaboramos procedimentos metodológicos que propiciaram o mapeamento dos paradigmas através da desconstrução de textos apresentados em eventos científicos.

O mapa consiste em analisar as temáticas e os paradigmas a partir dos objetos de pesquisa e seus conceitos principais e secundários. Esta análise é realizada considerando os grupos de pesquisas, suas respectivas instituições, estados e regiões. Observamos se a leitura do objeto é descritiva ou analítica e se a interpretação pode ser considerada como autônoma ou subalterna na relação com os referenciais teóricos, além de analisar as influências de outras áreas do conhecimento na Geografia Agrária. Este trabalho possibilita acompanhar o movimento do processo de construção do pensamento na Geografia Agrária e, neste sentido, o trabalho busca contribuir para a compreensão do pensamento geográfico atual.

A seguir, apresentamos uma parte dos resultados que consiste em leituras de trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), no Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA) e no Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE).

O texto está organizado em duas partes centrais. A primeira se detém à reflexão sobre alguns referenciais que se dedicaram ao estudo do pensamento geográfico agrário. Neste momento, buscamos destacar a unidade, a diversidade e a diferencialidade desse

pensamento, indicando as interpretações e leituras lançadas sob a Geografia. A segunda parte versa sobre o debate paradigmático da Geografia Agrária brasileiro nos encontros nacionais, analisando os temas e paradigmas de estudo adotados.

### **Geografias: unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento geográfico agrário**

Representada pela unidade, diversidade e diferencialidade da organização do pensamento, a multiplicidade é noção fundamental para uma profunda e fecunda interpretação geográfica. O objetivo é analisar a multiplicidade do pensamento da Geografia Agrária, em que a unidade, diversidade e diferencialidade são partes inerentes da história do pensamento geográfico e constituem várias *geografias*.

Para iniciar a discussão sobre as “geografias” da Geografia esclarecemos o que entendemos por unidade, diversidade e diferencialidade do pensamento. Por unidade, estamos nos referindo à especificidade, particularidade e singularidade da forma de organização do pensamento, cuja ação é orientada para uma determinada interpretação da realidade. A diversidade é o conjunto das unidades, reconhecido por sua multiplicidade e generalidade das distintas formas de pensar. A diferencialidade faz parte da diversidade, caracterizada quando duas ou mais unidades e/ou paradigmas/correntes/estilos de pensamento são justapostos e/ou confrontados, compreendendo-se as diferenças pelas particularidades, suas visões de mundo e temáticas (CAMPOS, 2012).

A Geografia, desde a sua gênese, percorreu variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos de

superações na construção do conhecimento. O pensamento geográfico “não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”, se “justapõe e se supera, movimentos que não podem ser limitados, nem definidos claramente [...]” (CARLOS, 2002, p. 163). A diversidade de abordagens contribui significativamente, pois fomenta o constante debate em torno da ciência geográfica, questionando o seu papel frente à sociedade.

Gusmão (1978) realizou uma breve revisão dos estudos referentes ao campo e procurou compreender os “enfoques preferenciais”, também intitulados por ele de paradigma. Para o autor, esses estudos tiveram três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Gusmão (1978) deixou claro que, embora esses três paradigmas tenham alcançado ápices em determinados períodos, eles estiveram justapostos e influenciaram o direcionamento das pesquisas geográficas.

Bray (1987) estudou a trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária e a resume em três principais momentos: um primeiro período de estruturação da Geografia brasileira com referências europeias e pautadas na neutralidade científica; a segunda na década de 1970 com forte influência do neopositivismo e a visão da agricultura moderna, numa postura “crítica conservadora”; e década de 1980 – “descolonização da Geografia Agrária” e vinculação com os demais estudiosos da agricultura das diversas áreas do conhecimento. Neste período, aparecem os primeiros estudos de geografia do paradigma marxista analisando as transformações do campo promovidas pelo modo de produção capitalista.

Ferreira (2001) se aproximou das análises de Gusmão (1978), ao apontar a existência de três paradigmas na Geografia Agrária: diferenciação de áreas, que marcou a fase idiográfica; o classificatório, cujas pesquisas versaram sobre as tipologias agrárias; e o paradigma da interação e ação sobre o espaço, com pesquisas que discutiram o desenvolvimento rural.

Para Andrade (1995), no que concerne aos estudos sobre o campo em escala nacional e internacional, seria perigoso formular um único paradigma para a compreensão da realidade. Dá destaque às influências descritiva, quantitativa, sociológica e fenomenológica. Ainda, de acordo com o autor, a influência da escola anglo-saxônica propiciou que os geógrafos prestassem atenção especial aos dados quantitativos e maior interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, a Economia.

Oliveira (1995) afirma que a história do pensamento geográfico, assim como a própria Geografia Agrária, foi fortemente influenciada pelo embate e debate de três correntes filosóficas de pensamento: o positivismo, o historicismo e a dialética. O autor também destaca o avanço dos estudos fenomenológicos no pensamento geográfico nos últimos anos. Oliveira reconhece a influência do positivismo nas outras correntes do pensamento, por exemplo, no historicismo e no marxismo, fazendo com que os trabalhos, de alguma forma, são passíveis de apresentar uma dimensão híbrida:

*A difusão dessas ideias, particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também, fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Este fenômeno, revela antes de tudo, uma certa **dimensão positivista** no interior de vertentes destas escolas de pensamento (OLIVEIRA, 1995, p. 19, grifo do autor).*

Os trabalhos de Josué de Castro (1946), Orlando Valverde (1964) e Manuel Correia de Andrade (1964) são referências clássicas fundamentais para os estudos críticos da geografia agrária que se ampliaram com a aproximação da geografia agrária com outras áreas do conhecimento, especialmente, com crescimento das teses de doutorado no paradigma marxista nas décadas de 1980 e 1990. Cada vez mais, os estudos de diferenciação espacial e regional, muitas vezes descritivos e classificatórios, disputam interpretações com estudos críticos que abordam as relações sociais, econômicas e políticas sobre o desenvolvimento territorial. As correntes filosóficas são fontes dos paradigmas ou correntes teóricas, que são modelos interpretativos ou estilos de pensamento construídos por grupos de pesquisas ou coletivos de pensamento ou grupos de autores (FLECK, 2010).

Oliveira (1991) descreveu três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio que levaria as relações não capitalista à extinção. O segundo grupo compreende que a destruição das relações culturais e comunitárias - provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado - levaria a proletarianização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo.

Fernandes (1998), num primeiro momento, sinalizou para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade e o embate entre ‘quantitativistas’, ‘tradicionalistas’ e ‘críticos’, o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia” (FERNANDES, 1998, p. 8). Dentre a diversidade

de paradigmas que a ciência geográfica contempla, Fernandes (1998) destaca a Geografia Crítica como a mais disseminada no país.

Posteriormente, Fernandes (2005), Felício (2011) e Campos (2012) balizaram a discussão em direção aos paradigmas presentes nos estudos do campo, analisando os trabalhos dos estudiosos que se dedicam a esta temática em dois paradigmas distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma das formas de desenvolvimento para o campo. Enquanto o primeiro enfoca a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não capitalistas de produção, o segundo focaliza as relações capitalistas como condição de reprodução do capital e dos agricultores familiares. No PCA, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade. Para este paradigma, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução se respalda na integração e adaptação da organização camponesa/familiar ao sistema capitalista, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo.

Alves (2010), ao estudar a produção da Geografia Agrária nacional entre 1939-2009, também aponta para a pluralidade teórico-metodológica destes estudos a partir da década de 1990. A partir do levantamento bibliográfico nos principais periódicos científicos nacionais da Geografia, o autor recompôs e atualizou, sob o enfoque das questões teórico-metodológicas, a história da Geografia

Agrária brasileira. Mostrou que o período posterior à década de 1990 é marcado pela heterogeneidade, em que os métodos e abordagens são caracterizados pelo que Alves (2010) intitulou de “pluralismo metodológico” e de “ecletismo metodológico”.

Felício (2011) realizou um amplo e profundo trabalho sobre a imprescindibilidade do debate paradigmático, mapeando as principais referências dos estudos agrários. A partir de uma profunda leitura dos autores clássicos e contemporâneos, o autor analisou a literatura dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir de suas obras seminais e os coletivos de pensamento formados em diferentes áreas do conhecimento, destacando a geografia agrária. Neste trabalho, Felício analisa o processo de construção dos componentes de cada paradigma e apresenta uma contribuição para compreender a diferencialidade dos modelos interpretativos e seus estilos de pensamento.

O crescimento do número de programa de pós-graduação em Geografia no Brasil, acompanhado do aumento do número de grupos de pesquisas, tornou-se um território fecundo para as pesquisas sobre o processo de construção do pensamento geográfico. Campos (2012) realizou um estudo pioneiro no sentido de analisar a construção paradigmática dos grupos paulistas de pesquisas em Geografia Agrária. Dessa pesquisa nasce a ideia de “territórios paradigmáticos” que compreendem os coletivos e seus estilos de pensamento: “os grupos de pesquisa são territórios paradigmáticos que, com suas teorias, métodos, conceitos, intencionalidades e ideologias, compartilham paradigmas e representam parte da unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária” (CAMPOS, 2012, p. 9).

Os grupos de pesquisas são territórios materiais ou coletivos de pensamento que produzem territórios imateriais ou estilos de pensamento, apresentando para a comunidade científica seus modelos interpretativos ou paradigmas oriundos de diferentes correntes filosóficas. Esta é a fonte da *diferencialidade*, que são debates e disputas de territórios paradigmáticos no sentido de procurar explicar as transformações da realidade através de diferentes leituras, sendo que cada uma recorta a realidade de acordo com sua intencionalidade - desde perspectivas da diferenciação espacial até perspectivas multidimensionais das relações sociedade/natureza. As fontes para os estudos desses modelos interpretativos ou paradigmas estão na construção do conhecimento explicitado nas teses, dissertações, artigos, livros e eventos científicos. Para esta pesquisa, analisamos trabalhos apresentados em eventos nacionais da geografia brasileira.

Destacamos as diferencialidade dos modelos interpretativos e como estes selecionam temáticas. Também analisamos as temáticas em diferentes escalas dos coletivos de pensamento. Nossa metodologia de pesquisa parte de um mapa paradigmático em que analisamos os objetos de pesquisa, os conceitos e referências teóricas, os métodos e influências de outras áreas do conhecimento. A seguir, apresentamos nossas primeiras aproximações sobre este processo de pesquisa, focalizando para os temas e paradigmas de estudo.

### **O debate paradigmático da Geografia Agrária brasileiros em encontros nacionais**

O Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA) são espaços de socialização do conhecimento geográfico, e traduzem-se em

eventos de intenso debate paradigmático. Foram criados em épocas, preocupações, interesses e grupos distintos, os quais ajudam no desvendamento das disputas paradigmáticas que ocorrem no interior da Geografia na investigação sobre o campo.

O ENGA foi, desde a década de 1970, um dos mais expressivos espaços de debate para a discussão sobre o campo na Geografia, todavia, um outro espaço surgiu no final da década de 1990: o SINGA, cuja primeira edição aconteceu no município de São Paulo, no ano de 1997. Juntos, esses são os dois principais eventos da Geografia Agrária.

O surgimento do ENGA advém de um movimento de ruptura política com a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), exaltado no III Encontro Nacional de Geografia, realizado, em 1978, em Fortaleza (CE), acompanhado pelo movimento de renovação paradigmática da disciplina, trazendo para seu interior uma crítica à Geografia Quantitativa e uma preocupação com as questões sociais (DINIZ et al., 1987). O ENGA surgiu “[...] como uma fratura, uma cisão, no interior dos geógrafos”. (OLIVEIRA, 2005, p. 65). Num período em que a Geografia Agrária mostrava-se fragilizada, acoplado do crescimento vertiginoso dos estudos urbanos, em que, de acordo com Diniz et al. (1987), o “desânimo” e a “frustração” estavam presentes para os geógrafos agrários, que José Alexandre Felizola Diniz, Rivaldo Gusmão e Olindina Mesquita decidiram organizar o primeiro ENGA em Sergipe.

Balizados pelo paradigma neopositivista, este grupo, naquela época, possuía hegemonia nas pesquisas em Geografia Agrária, formado, majoritariamente, por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista - Unesp (Rio Claro), Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE (OLIVEIRA, 2005). A partir da segunda edição, o ENGA começou a abrigar em seu interior um processo de disputa intelectual (OLIVEIRA, 2005). Com o sucesso do encontro da AGB em 1980, realizado na Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio de Janeiro, era preciso envolver pesquisadores de outras áreas do conhecimento. A partir de então, o ENGA passou a acolher a concorrência entre marxistas e não marxistas.

Foi no interior dessa disputa paradigmática que o grupo de estudiosos vinculados a teoria da modernização da agricultura tornou-se o principal responsável pelo direcionamento do ENGA até a década de 1990 (OLIVEIRA, 2005). Contudo, na assembleia final do XII ENGA, realizado na cidade de Florianópolis, em 1994, decidia-se pelo fim do encontro, já que se anunciava o esgotamento do debate. Na verdade, a opção de findar com o ENGA, de acordo com Oliveira, atrelou-se a outro motivo. Os trabalhos de cunho marxista, atrelados aos PQA, haviam ganhado expressividade, se sobressaindo sobre os não marxistas, do PCA, cujas linhas de pesquisa argumentavam o fim do campesinato e a conseqüente modernização do campo, decidindo-se pelo fim dos encontros. Posteriormente a esse episódio, o controle político do ENGA passou novamente para a AGB, ou seja, mesmo “[...] nascido fora da AGB, em oposição a AGB, acabou vindo para dentro da AGB, porque a maior parte das pesquisas que se faz hoje tem essa perspectiva dialética e uma parte delas, materialista” (OLIVEIRA, 2005, p. 66).

A origem dos encontros, relatada por Oliveira (2005), dá indícios de como os paradigmas compõem no princípio de criação de ambos eventos, como grupos selecionando temas, teorias, métodos e conceitos para defender seus posicionamentos políticos e ideológicos. O ENGA e o SINGA são exemplos cabais da disputa

paradigmática. No entanto, a criação e/ou organização das edições dos eventos não excluem que pesquisadores cujos estudos preconizam outra visão de mundo se inscrevam e participem. As visões de mundo de cada edição podem ser alteradas, variando de acordo com a abordagem paradigmática adotada pelos(as) pesquisadores(as) responsáveis, atribuindo tônicas peculiares. Neste sentido, tanto o ENGA quanto o SINGA incorporam interesses que se diferem (GERMANI, 2005). Sobre essas diferenças, Germani afirma que, de acordo com o grupo responsável pela organização do evento, o “protagonismo dos temas” também pode ser alterado.

O panorama apresentado dos ENGA e a pesquisa realizada nos anais no período de 2002-2014 confirma o que Germani (2005) chamou de “protagonismo dos temas”, alterado de acordo com as visões de mundo dos pesquisadores que compõe a organização do evento. Em algumas edições, foi dado destaque aos conflitos e lutas sociais, em outros, a relação campo/cidade, agricultura familiar, políticas públicas e pluriatividade, por exemplo.

Entretanto, por ser um evento de porte nacional, suas temáticas são mais amplas, incorporando a diversidade paradigmática e temática que são inerentes a Geografia Agrária brasileira. Esse fato ficou evidente com o levantamento dos temas que compareceram no ENGA. Foram abarcadas todas as 27 temáticas registradas neste estudo (Quadro 1), sem restrição a nenhuma, portanto, o debate é aberto a inúmeras questões, contemplando o PQA e o PCA.

**Quadro 1: Temas da Geografia Agrária – ENGA e SINGA.**

1	Abordagens teórico-metodológicas
2	Agricultura familiar e agricultura camponesa

3	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica
4	Agroenergia, barragens e mineração
5	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária
6	Campo/cidade e rural/urbano
7	Comunidades tradicionais
8	Comunidades indígenas
9	Cooperativismo e associativismo
10	Disputas e conflitos
11	Educação e educação no/do campo
12	Estado, políticas e desenvolvimento
13	Êxodo rural e migração
14	Gênero
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologia
16	Juventude
17	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio
18	Mudanças e dinâmicas socioespaciais
19	Pluriatividade
20	Produção agropecuária
21	Dinâmicas da natureza e questão ambiental
22	Relações de trabalho
23	Renda, mercados e comercialização
24	Soberania alimentar e segurança alimentar
25	Turismo
26	Uso e ocupação do solo
27	Outros

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2019)

*Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* é a temática com o maior número de trabalhos (289), destacando-se como

a principal de todas as edições pesquisadas. A segunda temática com mais trabalhos é *Modernização do campo, agronegócio e latifúndio*, com 216, seguida de Agricultura familiar e agricultura camponesa, com 184.

A centralidade de estudos que se dedicam as análises sobre os processos de luta pela terra, a política de reforma agrária e o engajamento dos movimentos sociais, apontam para a disputa dos grupos marxistas e não marxistas descritos por Oliveira (2005) e a latente questão agrária brasileira que é renovada constantemente. O debate paradigmático retrata exatamente essa disputa, o que o autor denomina de *controle político*, revelando a existência de grupos que acreditam na superação do sistema capitalista e grupos que mantem a perspectiva de desenvolvimento no interior do sistema via integração ao mercado.

É evidente que os temas, por si só, não revelam a defesa de um projeto político que esteja pautado na luta pela terra, no papel e atuação dos movimentos sociais e da política de reforma agrária, entretanto, pode ser um forte indício de que esses temas estão ligados ao PQA, isto é, na perspectiva de superação e resistência ao modo de produção capitalista no campo. Na atualidade, como será evidenciado, este é o principal tema da Geografia Agrária brasileira.

A primeira edição do SINGA surgiu em 1997 no Laboratório de Geografia Agrária, na Universidade de São Paulo (USP), junto com a Comissão de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (executiva nacional), a partir das discussões que a Professora Dra. Iraci Palheta realizava com o grupo de pesquisadores do referido Laboratório.

O SINGA constitui-se num espaço de debate que se opõe a visão de que o capitalismo se expande de forma homogênea no campo

e parte do pressuposto da existência de contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. Tal perspectiva, cujas teorias foram/são trabalhadas com pioneirismo pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, atrela-se ao PQA, já que parte dessas contradições se manifestam na luta pela terra, processo que expressa que a agricultura capitalista não se territorializa de forma homogênea, mas carrega outros movimentos, sujeitos e práticas.

O evento nasceu no intuito de constituir-se num espaço de diálogo sobre o campo distinto do ENGA. “Nós, com o Simpósio, queríamos iniciar um movimento e um campo de debate teórico, metodológico, político e ideológico na Geografia Agrária que não tivesse essa carga histórica que o ENGA tinha, por isso iniciamos o Simpósio” (OLIVEIRA, 2005, p. 66-67). A ideia era suprir a lacuna dos eventos organizados pela AGB.

No SINGA, no período de 2003-2015, os trabalhos cujos temas evidenciaram a *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* registraram o maior número, 655, ocupando a primeira posição. Em seguida, com 276 trabalhos, ficou *Estado, políticas públicas e desenvolvimento*. Na terceira posição foi enfatizada a *Modernização do campo, o agronegócio e o latifúndio*, com 275 trabalhos.

Diante das informações sobre a construção das sete edições do SINGA e, embora o ENGA se coloque como um espaço democrático para o debate dos mais variados temas da Geografia Agrária, a reflexão crítica sobre o campesinato, a questão agrária e as contradições do capitalismo são análises priorizadas pelos organizadores do SINGA. Sua natureza assenta-se no PQA, paradigma que preconiza as lutas, conflitos, enfrentamentos e resistências dos povos gerados pelo avanço do capitalismo no campo.

A adoção desse paradigma como condutor do SINGA possui relação estreita com a atuação do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Em todas as edições do SINGA o evento foi coordenado por pesquisadores(as) orientados(as) pelo estudioso, considerado por muitos como uma das principais referências do PQA na Geografia Agrária (CAMPOS, 2012).

Embora no ENGA se destaque a *Luta pela terra* como temática central, ainda é o SINGA, em razão da natureza que motivou a sua criação, que o tema é mais representativo. Tal situação fica evidente na análise do número absoluto de trabalhos dos dois eventos: o SINGA atraiu mais pesquisadores nesta temática (655 trabalhos), número bem menor - metade do ENGA - com 289 trabalhos.

Há também temáticas em que a discrepância foi ainda maior, como *Gênero* (70 no SINGA e 14 no ENGA), *Agroenergia, barragens e mineração* (84 no SINGA e 37 no ENGA), *Comunidades tradicionais* (211 no SINGA e 67 no ENGA) e *Educação e educação do/no campo* (196 no SINGA e 79 no ENGA). Estes são temas que evidenciam as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo e demonstram a pertinência da questão agrária e do campesinato em pleno século XXI.

Ao evidenciar o debate paradigmático a partir do ENGA e do SINGA, não é possível afirmar que há homogeneidade na adoção de paradigmas pelos trabalhos publicados em cada um dos eventos, classificando-os no PQA ou PCA. Como visto, inúmeros e variados temas são tratados em ambos eventos, não havendo exclusão de nenhum, contudo, há maior incidência de alguns temas em alguns eventos. Já no que diz respeito às visões de mundo que forjaram a criação dos eventos, o debate paradigmático comparece de forma

bastante concreta, sendo o ENGA um espaço mais tradicional, com temas mais abrangentes e onde o debate marxista cresceu nos últimos anos. O SINGA, evento construído por grupos marxistas que evocam as contradições do campo, apostam em trabalhos que compartilham o PQA, rumo ao enfrentamento e superação do sistema capitalista.

Essa questão pode ser melhor verificada com a análise dos eixos temáticos do SINGA de 2017. No período de 01 a 05 de novembro a Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba (PR), sediou o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e o IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária com a temática “Geografia das redes de mobilização social na América Latina – resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida”. O objetivo foi reunir o maior número possível de ações críticas no campo; entrelaçar discussões com novos enfoques; provocar aprofundamentos, juntamente com discussões recentes as quais indicava mudanças em um campo em movimento e impulsionar a geografia com outras áreas do conhecimento, com outros saberes construídos a partir da mobilização social.

Os 723 trabalhos científicos registrados nos anais do evento foram distribuídos em 18 eixos temáticos (Quadro 2):

**Quadro 2: Eixos temáticos – SINGA (2017)**

<b>Eixo Temático</b>	<b>GT</b>	<b>NT</b>	<b>%</b>
Políticas Públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo	05	105	14,5
Comunidades tradicionais na luta por territórios	02	93	12,8
Educação do/no campo	14	62	8,5
Reestruturação produtiva e processos migratórios no campo	08	58	8,0
Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses	18	55	7,6

Debatendo a(s) reforma(s) e os assentamentos rurais	06	45	6,2
Questões de gênero, geração e sexualidade no campo	04	42	5,8
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	03	30	4,1
Organização, mobilidade espacial e degradação do trabalho no campo	09	30	4,1
Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar	17	29	4,0
Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo	12	28	3,8
Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisuais no campo	15	26	3,6
Mineração, agroenergia e conflitos territoriais	11	23	3,1
Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água	10	22	3,0
Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos	13	21	2,9
Cartografando práticas e conflitos no campo	16	20	2,7
Estado e ordenamento jurídico na produção do espaço rural	07	20	2,7
Mobilização camponesa na escala do Brasil e na escala de América Latina e Caribe	01	14	1,9
<b>Total</b>		<b>723</b>	<b>100</b>

Organização: Munir Jorge Felício (2018)

GT: Grupo de Trabalho; NT: Número de Trabalho do GT.

A diversidade temática descrita no quadro 2 demonstra as possíveis leituras e as distintas interpretações construídas pelos pesquisadores que se interessam em compreender os desdobramentos engendrados com o desenvolvimento do campo. Em suas análises estão presentes a disputa pelo domínio do território e domínio das ideias a partir da intensa luta de classes, dos diferentes modelos de fazer agricultura e as justificativas das escolhas de determinados fenômenos, como recortes da realidade a ser estudada.

A imprescindibilidade do debate paradigmático em que se defrontam as visões de mundo e as opções políticas dos pesquisadores

proporcionará melhor e mais qualificada aproximação da realidade. O confronto entre dois paradigmas: o da questão agrária e o do capitalismo agrário fará emergir as condições indispensáveis para se desvendar as razões e os motivos dos modelos explicativos dentro das análises, tais como: os referenciais teóricos, as ideologias, as intencionalidades e as opções políticas.

As discussões sobre as interpretações e significados poderão elucidar qual é a tendência de determinada análise. Se nela a tendência é considerar a questão agrária como questão estrutural, então a (re) criação do campesinato é de sua própria autonomia como necessidade de sua luta contra o capital para garantir sua independência. Eis o paradigma da questão agrária. Se a tendência é considerar a questão agrária com questão consensual, então a (re) criação do campesinato é promovido pelo capital como parte dele próprio. Eis o paradigma do capitalismo agrário.

O quadro 2 proporciona o avanço do debate paradigmático ao estabelecer a comparação numérica entre o GT 05 e o GT 2. A temática do GT 05 reuniu análises sobre as *Políticas Públicas* e perspectiva de desenvolvimento para o campo com 105 trabalhos inscritos, perfazendo 14,5% do total inscrito. A temática do GT 02 reuniu análises sobre as *Comunidades Tradicionais* na luta por território com 93 trabalhos inscritos, perfazendo 12,8% do total inscrito.

A leitura dos títulos de alguns trabalhos do GT 05 aponta termos como agroindústria; agricultura familiar; agronegócio e cooperativismo; territórios da cidadania; desenvolvimento sustentável; pluriatividade; políticas públicas (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - PRONAF, Assistência

Técnica e Extensão Rural - ATER); dentre outros. No GT 02 aponta termos como resistência; luta; assentamentos; camponeses; conflitos socioambientais e socioespaciais; a luta pela permanência na terra; territorialidades, produzir espaços; dentre outros.

A simples comparação dos termos do GT 05 indica a presença das características analíticas do PCA como agronegócio e agroindústria, pois, esse paradigma enaltece os excelentes resultados da agricultura de larga escala. A agricultura familiar é o resultado da metamorfose do campesinato que se transformou ao adquirir tecnificação e foi integrado ao capital como força produtiva, podendo assim participar da economia de mercado e fazer parte da sociedade de consumo.

Os termos do GT 02 indicam a presença das características analíticas do PQA como a luta pela permanência na terra e os conflitos socioambientais e socioespaciais. Para esse paradigma lutar pela terra é lutar contra o capital ampliando e explicitando a resistência por intermédio da luta de classes visando obter o controle e o domínio do território. É pela luta que o campesinato defende seu jeito de fazer agricultura para garantir seu protagonismo, independência e perspectiva.

O debate paradigmático também compareceu na desconstrução de 982 trabalhos publicados nos Anais do XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (XII Enanpege), realizado em outubro de 2017 em Porto Alegre (RS). Observou-se que 13% estão relacionados, de algum modo, à questão agrária. O debate destes trabalhos foi organizado a partir de 49 grupos com temáticas distintas.

Mesmo sendo resultados de pesquisas de pós-graduação, a escala de análise majoritariamente é o local, seja assentamento,

acampamento ou município, e apenas 15 apresentam nacionais e três internacionais (Argentina, México e Paraguai). As pesquisas desenvolvidas no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, apresentam uma escala de análise mais ampla, enquanto as pesquisas das demais regiões enfocam no local.

Os trabalhos apresentam uma expressiva gama de temáticas, na qual destacamos aqueles relacionados a expansão do capital no campo, que embora não seja um tema recente na pesquisa em Geografia Agrária, há novos elementos, contextos e processos que permitem a renovação de análises, tais como globalização neoliberal, financeirização da agricultura, convergência de múltiplas crises, alterações no regime alimentar e novas formas de apropriação da natureza e resistências. Um exemplo são as pesquisas acerca do *land grabbing* e estrangeirização da terra<sup>1</sup>, que no XI ENANPEGE, realizado em 2015 em Presidente Prudente (SP), apenas três trabalhos tinham relação com a temática; já em 2017 este número evoluiu para dez, com diferentes escalas, perspectivas e paradigmas. Isso mostra que as pesquisas avançam de acordo com o movimento da realidade. Neste mesmo contexto encontramos trabalhos relacionados ao neoextrativismo, tema ainda pouco explorado na Geografia Agrária brasileira. Apesar de alguns trabalhos abordarem questões relativas ao tema, principalmente os impactos socioterritoriais de megaprojeto de mineração e implantação de hidrelétricas, este não é um tema abordado, sendo que, muitas vezes, os autores fazem uso de temas correlatos, como a acumulação por

---

<sup>1</sup> Destacamos que *land grabbing* e estrangeirização da terra não são sinônimos, mas sim processos complementares. A partir da interlocução entre Geografia Agrária e Geografia Política, entendemos a estrangeirização da terra como um processo de controle do território pelo capital estrangeiro, onde o objetivo é atender as demandas do mesmo (VINHA e PEREIRA, 2016).

espoliação, que entendemos ser elemento intrínseco ao processo maior neoextrativista.

No âmbito dos trabalhos que abordam a temática do campo, seja em suas relações de produção, conflito e resistência, observamos que estes, em sua maioria, concentram-se em dois principais GTs: *Movimentos Sociais e Reforma Agrária; Geografia, Povos Indígenas e Questão Agrária*.

Destes, o GT de movimentos sociais apresenta o maior número de submissões, com 31 trabalhos que versam desde estudos sobre a agroindústria do dendê no campesinato paraense, até conflitos por terras na Argentina. Os trabalhos que tratam da produção do campesinato em assentamentos rurais e quilombolas, em sua maioria, buscam construir um debate em que a produção camponesa emerge como prática de resistência das famílias na terra.

O GT *Geografia, Povos Indígenas e Questão Agrária*, apresenta o menor número de submissões dos três anteriormente citados, contando com 9 trabalhos. Os trabalhos acerca das comunidades indígenas possuem dois principais eixos de análise: conflito/resistência e territorialização. Os conflitos são analisados, principalmente, sobre as disputas entre povos indígenas e o agronegócio, em estados como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná.

As disputas por territórios paradigmáticos compareceram nos eventos científicos aqui retratados. Representados pelos trabalhos acadêmicos, foram explicadas as transformações da realidade através de diferentes olhares. Seja pela formas de resistência e enfrentamento ou mesmo pela integração e adequação ao capitalismo, as pesquisas, através de métodos, teorias, conceitos e categorias, reafirmam seus territórios, expressando posturas

políticas e ideológicas sobre o espaço agrário na construção de “geografias”.

### **Considerações finais**

Os estudos da geografia agrária brasileira têm acompanhado as mudanças do mundo agrário realizando importantes estudos sobre o movimento da realidade. São trabalhos que apontam para a diversidade de leituras e interpretações, bem como expressam a diferencialidade de olhares sobre o campo. As temáticas explicitadas nos eventos demonstram a diversidade e a diferencialidade, reafirmada quando lançamos da abordagem paradigmática como metodologia de estudo do pensamento geográfico.

Embora ainda persistam os trabalhos descritivos e subalternos há um considerável avanço dos trabalhos autônomos e críticos. Também está ocorrendo uma expressiva descentralização das pesquisas, que antes concentrava-se no Sudeste, embora esta região ainda continue sendo o lugar de maior influência teórica.

Outra persistência é dos estudos de caso que predominam e estão relacionados a importante participação dos estudantes de graduação. Todavia, mesmo os de pós-graduação continuam a realizar estudos de caso em detrimento de outras escalas de análise e de estudos comparativos. Neste sentido, o Brasil está distante de outros países em que predominam estudos comparativos em escala internacional.

Observamos o crescimento de trabalhos de coletivos de pensamento e de redes de coletivos de pensamento. Esse é um bom indicador, mas infelizmente não é acompanhado por novos estilos de

pensamentos o que revela a subalternidade de grande parte dos coletivos.

Este artigo expressou nossa metodologia e alguns resultados. Convidamos os pesquisadores dos estudos de pensamento para um debate que possibilite compreender as diferencialidade dos modelos interpretativos.

### Referências bibliográficas

ALVES, Flamarion Dutra. *Trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939-2009*. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Universidade Estadual Paulista (Unesp).

ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

ANDRADE, Manuel Correia. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória-metodológica da geografia agrária no Brasil. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8,1987, Barra dos Coqueiros. Comunicações... Barra dos Coqueiros, UFS, 1987.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. *Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*. 2012. 389f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões.” *Terra Livre*, São Paulo, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASTRO, Josué. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. 1946.

DINIZ, José Alexandre Filizola et al. Subsídio ao estudo da história da geografia agrária brasileira. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 10, 1990, Aracaju. Anais... Aracaju: ENGA,

1987 (mimeo).

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. Presidente Prudente, 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da geografia em assentamentos de reforma agrária. *Revista NERA*, n. 2, p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.” In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *Terra Livre*, n.16. São Paulo: AGB, p. 39-70, 2001.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: *CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 3, 1978, Fortaleza. Sessões Dirigidas... Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

VALVERDE, Orlando. *Geografia agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: CB-PE/INEP/MEC, 1964.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. *Campo Território*, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

Submetido em: 12 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 24 agosto de 2019.

Aprovado em: 25 de agosto de 2019.

**Como citar este artigo:**

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos no construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 163-189, jan.-jun./2019.